

Assunção da subjetividade na reportagem de Antonio Callado sobre o método Paulo Freire: a prática discursiva não-objetiva para engajamento do leitor¹

Lilian Juliana MARTINS²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de conteúdo sobre a reportagem de Antonio Callado, publicada no Jornal do Brasil, em janeiro de 1964, sobre o método Paulo Freire. No foco da análise, está a prática discursiva utilizada pelo jornalista na reportagem. Calcada pela não-objetividade, as marcas da subjetividade de Callado indicam a não-isenção do jornalista que deixa nítido seu entusiasmo pelo método de alfabetização freiriano como um caminho revolucionário para a transformação do país. Ainda sem imaginar que o país estava prestes a sofrer um Golpe Militar e viver 21 anos sob o obscurantismo da Ditadura, Callado se posiciona sobre o cenário educacional brasileiro e convoca o leitor para o engajamento no tema.

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Callado; Paulo Freire; Jornal do Brasil; reportagem; comunicação.

Em 15 de janeiro de 1964, uma reportagem ganhava destaque no Caderno B do Jornal do Brasil. Com o título, "Da grande mentira às primeiras sílabas de verdade"³, a produção, assinada pelo repórter Antonio Callado (1917-1997), apresentava o método Paulo Freire, com o qual os camponeses do nordeste estavam sendo alfabetizados em curtíssimo tempo.

O Sistema Paulo Freire, iniciado em 1961 com o Movimento de Cultura Popular (MCP), no Recife, Pernambuco, é detalhado na reportagem. Lançado por Miguel Arraes, quando ainda era prefeito da cidade, o MCP estudava meios de fazer a educação de adultos considerando um círculo de cultura, de forma a instituir debates entre os analfabetos. Colocado em prática, o método, que associava os conteúdos ao cotidiano de quem buscava o letramento, era comprovadamente eficiente. Podia-se alfabetizar adultos

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Teorias do Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutora em Comunicação, Professora do curso de Jornalismo da UNEMAT, e-mail: lilian.martins@unemat.br

³ Disponível em: <https://goo.gl/XveCyJ> Acesso em: 15 jul. 2023.

em 40 horas, ou cerca de um mês e meio a dois de instrução. Isso porque, segundo Paulo Freire, o homem aprendia a ler e a pensar politicamente ao mesmo tempo.

Com o auxílio de ilustrações projetadas, os professores das turmas de alunos conduziam o debate de forma a ensinar o educando a identificar e dividir o mundo da natureza e o da cultura. Só depois de compreender noções abstratas relacionadas ao seu modo de existir no âmbito social e político é que os educandos entravam em contato com as "palavras geradoras", formas lexicais indissociáveis do contexto cultural do trabalho dos camponeses que, com seus fonemas decompostos, poderiam formar novas palavras. Tijolo, povo, farinha, terra, seca, casa, cego, guia, engenho, enxada, máquina, trabalho, chuva, pobreza, classe e eleição eram as palavras geradoras.



Imagem 1: Página com a reportagem de Antonio Callado no Jornal do Brasil. Em destaque, uma das ilustrações que eram projetadas nas aulas de alfabetização⁴.

⁴ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48774
Acesso em: 16 ago. 2023.



Imagem 2: Fichas projetadas nas aulas de alfabetização do método Paulo Freire que convidavam os participantes a refletirem sobre o lugar deles no mundo⁵.

No início de 1964, quando Antonio Callado publicou a reportagem no *Jornal do Brasil*, o método desenvolvido pelo Paulo Freire já era reconhecidamente revolucionário. Os 300 camponeses de Angicos, no Rio Grande do Norte, alfabetizados em 1963 - experiência que foi matéria-prima para a escrita do livro de Freire "Pedagogia do Oprimido" (1968) - tinham provado que a revolução educacional no país era possível e tinha começado no nordeste do país. Não à toa, ao republicar em livro as reportagens sobre Pernambuco, Callado colocaria "Tempo de Arraes: a revolução sem violência" (2005), como título da publicação. Sob o governo de Miguel Arraes (1963-1964), o estado de Pernambuco tinha se tornado uma referência educacional para o mundo.

⁵ Disponível em: <https://goo.gl/ru8529>. Acesso em 16 ago.2023.

O entusiasmo de Callado com tal cenário é tamanho que o repórter abdica do discurso da objetividade para apresentar sua perspectiva na narrativa da reportagem. É essa escolha discursiva, categorizada por esta pesquisadora como assunção da subjetividade, que colocamos sob perspectiva de análise nesta pesquisa.

É válido dizer que em 1964, com quase 30 anos de carreira no jornalismo, Antonio Callado já era um dos nomes mais prestigiados do jornalismo brasileiro. Tal qual Eliane Brum nos dias de hoje, a forma como Callado conduzia suas narrativas, quase sempre em primeira pessoa, não encontrava barreiras editoriais por onde passava. Até 1º de abril de 1964, quando se instaurou o Golpe Militar no Brasil, Callado podia escrever como bem lhe convinha (MARTINS, 2018). E, para além do uso da primeira pessoa, o repórter apresentava marcas que indicavam sua subjetividade para a condução da narrativa. Vejamos o trecho:

Como existe hoje em dia em Pernambuco uma bela exaltação revolucionária, fala-se menos em dar voto ao analfabeto do que em alfabetizá-lo para que conquiste seu voto contra um país e uma Constituição esnobe. Numa aula dada pelo Sistema Paulo Freire, um lavrador juntou pela primeira vez duas sílabas, *ti e to*, e bradou:

- Tito é nome de gente e o papel que a gente vota!

Tinha pescado ao mesmo tempo, do meio do *letrume*, um ser humano e sua carta de alforria na mão. **Um retrato do Brasil possível, futuro.** (CALLADO, 2003, p. 102, grifo do autor em itálico, grifo nosso em negrito).

O trecho exemplifica o que entendemos como assunção da subjetividade. Ao dizer que a constituição é esnobe – na medida em que, na época, não contemplava o direito do voto de analfabetos⁶ - Callado traz seu posicionamento sobre o assunto, ou seja assume sua opinião sobre a organização social do país e como, a partir da alfabetização política da população, seria possível vislumbrar um país do futuro.

⁶ A Constituição de 1946 era a constituição vigente na época da escrita da reportagem. O direito de voto das pessoas analfabetas só entrou em vigor a partir da Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos> Acesso em: 15 jul. 2023.

Utilizando a análise de conteúdo como metodologia, a identificação das marcas da subjetividade do repórter é objetivo desta pesquisa. Tal análise visa contribuir com as discussões sobre como tais marcas nas narrativas jornalística podem contribuir para novas dimensões de significados possíveis.

A PRÁTICA DISCURSIVA NÃO-OBJETIVA

A discussão sobre a presença de subjetividade no jornalismo ganhou fôlego e entusiasmo no Brasil com a publicação recente do livro “A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza” (2022), da jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes.

O entendimento desse "subjetivo", reforça Moraes, não deve ser balizado unicamente a partir do "eu", daquilo exclusivamente que o repórter sente ou expressa. "Este [o jornalismo de subjetividade] deve ser compreendido nos planos individuais e coletivos" (MORAES, 2022). Em outras palavras, essa subjetividade está associada a um fazer reflexivo.

É interessante notar que para a abertura do capítulo “A pauta como contra-ataque”, presente no seu livro, Fabiana Moraes tenha escolhido uma fala de Carlos Drummond de Andrade, publicada na revista O Cruzeiro, em 1963:

A função do jornalista é dura. Os fatos não lhe pedem licença para acontecer; e nem todos os fatos são azuis. A maioria é, mesmo, do tipo desagradável, e o jornalista precisa vencer muitas repugnâncias para estar em dia com a sua obrigação. Agora, por exemplo, eu quisera situar-me naquelas esferas da infinitude budista, em que ao bem-aventurado pouco se lhe dá que o mundo se dane e os homens se devorem como batatas fritas; mas não posso. O jornalista é um engajado, e não um alienado. (DRUMMOND in MORAES, 2022, p. 172).

Apesar de notoriamente reconhecido como poeta, Drummond também foi jornalista. E, contemporâneo a Callado, o jornalista Drummond entendia a necessidade do engajamento jornalístico em pautas contundentes para o país.

As reflexões de Moraes sobre essa concepção teórico-prática, como define a autora, apareceram também no capítulo introdutório de seu livro-reportagem “O Nascimento de Joyce” (2015). A narrativa conta a história da cabelereira Joyce, ex-agricultora que procura o SUS (Sistema Único de Saúde) em busca de uma cirurgia de readequação sexual. Fabiana, que acompanha a saga de Joyce para conseguir a cirurgia, faz uma análise entre os limites da relação repórter e personagem. A subjetividade da repórter, escancarada em toda a reportagem, é discutida por ela no texto introdutório do livro. Diz Fabiana sobre a presença da subjetividade:

Assume-se que não é possível domar o mundo exterior - e o Outro - em sua totalidade (independente de estarmos lidando com um "fato", "fenômeno" ou "acontecimento"), mas que devemos antes incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida, - o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo (MORAES, 2005, p. 160).

O que Fabiana propõe, em síntese, é escancarar a subjetividade que está camuflada em todo discurso, mesmo aquele compreendido como objetivo. Como aponta Nilson Lage (2003, p.19), a “ilusão de imparcialidade” será tanto maior quanto mais preso às aparências e à ordenação objetiva que o texto pretende ser.

Para compreender as marcas dessa subjetividade na reportagem de Callado, vejamos o começo da reportagem:

O Brasil é um país que pode ser governado por analfabetos que não sejam eleitos por analfabetos. Para impedir o analfabeto de votar existe um breve exame de leitura e escrita. Para impedi-lo de governar não existe nada. Há uma certa simplificação no que está aí fica escrito porque não existe, ocupando cargo eletivo, nenhum cidadão que realmente não saiba escrever o nome. Mas é uma verdade que o Brasil ainda mantém letrada metade de sua população, sem direito ao voto, devido a governos tão analfabetos que fazem da pasta da Educação, invariavelmente, um prêmio de consolação de partidos políticos ou Estados menos aquinhoados. A função educacional, que devia ser a primeira, é a última. A Constituição Federal de 1946 mente desde o Art. 1º, em que diz que "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Devia dizer que emana da metade do povo. Em alguns

Estados, como o Piauí, emana de um quinto do povo, porque o resto não sabe ler (CALLADO, 1964)⁷.

Antes de apresentar o método Paulo Freire na reportagem, o repórter situa o contexto histórico em que ele se insere e, para isso, demonstra sua indignação. Assim como no trecho analisado, não há qualquer efeito de objetividade ou imparcialidade na reportagem. A opinião de Callado é explicitada num exercício reflexivo compartilhado com leitor para que ele compreenda a força revolucionária que o método de Freire pode representar. Nesse sentido, a estratégia discursiva, nomeada aqui como assunção da subjetividade, pode contribuir para que o leitor se engaje, assim como o repórter, na busca por um “Brasil possível, futuro”, no qual sua população possa ter acesso à educação e ao exercício democrático garantido pela constituição.

Em outro momento da reportagem, ao explicitar a característica dialogal do método de alfabetização de Paulo Freire, Callado escreve este trecho:

A palavra diálogo. Ela aparece a todo instante no método Paulo Freire, e, de uns anos pra cá, aparece mais e mais nos editoriais políticos dos jornais brasileiros. É o nome do que não havia no Brasil. Nossa história de golpes é uma história de monólogos. Não houve nenhuma conversa antes dos grandes momentos da nossa história mesquinha. Grupinhos de elites (palavra que emigrou da França para ser diariamente insultada no Brasil) monologam em algum palácio ou quartel e no dia seguinte comunicam ao povo que o salvaram.

O diálogo no Sistema Paulo Freire é uma realidade. Não se impõem noções ao analfabeto, como a uma criança. Fazem-se sugestões, e, enquanto com ele conversa, o professor muito aprende com o analfabeto, que se transforma em ser humano na sua frente. (CALLADO, 1964)⁸.

Há, nesse trecho, uma perspectiva discutida pelos estudos decoloniais que ganharam força nas últimas décadas. A forma como se estrutura o método freiriano - baseada na escuta, na liberdade e no diálogo - confronta a estrutura de poder autoritária que está na gênese da formação do país colonizado para a exploração.

⁷ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48774
Acesso em: 15 jul. 2023.

⁸ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48774
Acesso em: 15 jul. 2023.

Ao final da reportagem, Callado indica o porquê da perseguição a Paulo Freire:

Uma das palavras geradoras no Sistema Paulo Freire é eleição. Uma das esperanças dos que usam o sistema é poder aumentar, já em 1965, o contingente eleitoral, isto é, tirar gente condenada ao limbo do Art. 132. Se os professores, ou coordenadores, forem formados em número suficiente, será talvez possível acrescentar - o quê? Dois milhões de eleitores? Três? Um só? É difícil prever. Mas a longo prazo - em dez anos, digamos - não há dúvida de que o Brasil poderá redimir a maior parte da sua massa de analfabetos. O perigo é que o Governo, descobrindo as vantagens do método, feche definitivamente o Ministério da Educação, raciocinando, com um Jeca Tatu no Palácio da Alvorada?

- Deixe as crianças crescerem analfabetas mesmo que depois o SEC educa elas. Assim a gente pode comprar outro porta-aviões para a Marinha, dar uma Divisão Blindada ao Exército e continuar o Poder. (CALLADO, 1964)⁹.

Callado estava certo. Menos de dois meses depois, o exército tomava conta do país e colocava fim a experiência de alfabetização pernambucana. Paulo Freire foi preso e exilado. Seu livro “Pedagogia do Oprimido” seria escrito longe de Pernambuco e do Brasil idealizado pelo educador e pelo jornalista e que ainda demora a se tornar possível.

⁹ Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=48774
Acesso em: 15 jul. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise demonstra que a discussão sobre a subjetividade no jornalismo, tão pulsante na contemporaneidade, pode ser ancorada em exemplos de produções jornalísticas do passado. Nesse sentido, as reportagens de Antonio Callado, repórter dedicado à busca de um país possível - mais justo, digno e fundamentado na educação – podem se tornar uma referência.

Perseguido pela ditadura, que seria instaurada poucos meses depois da data de publicação da sua reportagem sobre o método Paulo Freire, Callado seguiu produzindo seus textos sobre a necessidade da construção de um novo Brasil e, para isso, utilizou a assunção de sua subjetividade como estratégia discursiva potente em suas reportagens.

Perguntado, certa vez, por quais motivos Callado escancarava seu posicionamento em suas produções jornalísticas e literárias, o jornalista e escritor respondeu: "Eu acho que um intelectual, sobretudo num país como o Brasil, não tem o direito de se eximir como pessoa, e como intelectual, de opinar sobre a situação do país" (CALLADO in LEITE, 1982).

A resposta de Callado encontra eco naquilo que debate Fabiana Moraes, quase seis décadas depois da reportagem sobre o método Paulo Freire ser publicada. Para Fabiana (2022, p. 96), o jornalismo disfarçado sobre o manto das palavras “democrático”, “isento” e “objetivo” reiteradamente coisifica pessoas, populações e promove vários tipos de violência. Esse jornalismo precisa ser implodido.

Callado, no seu tempo, tentou essa implosão. A perenidade de suas reportagens - que seguem sendo analisadas e referenciadas - mostram que a assunção da sua subjetividade nas reportagens apresenta-se como uma ferramenta discursiva potente para articular ideias e apresentar aos leitores as possibilidades para a transformações no país.

REFERÊNCIAS

CALLADO, Ana A (Org.). **Antonio Callado: fotobiografia**. Recife: Cepe, 2013.

CALLADO, Anonio. **Tempo de Arraes e Vietnã do Norte**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **Antonio Callado. Literatura comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1982.

MARTINS, Lilian. **Antonio Callado Jornalista: A narrativa da grande reportagem e o ideal do Brasil possível**. Tese. São Paulo: Unesp, 2023.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joyce**. Transexualidade, jornalismo e os limites entre o repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015

_____. **A pauta é uma arma de combate**. Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.